

II. Estudos económicos em Arqueologia Clássica: uma sinopse

As duas correntes principais da História Económica proporcionaram, particularmente desde o século XIX, um debate explicativo da realidade clássica, basicamente conformado em dois campos, em boa medida considerados antagónicos, mas que não deixam de apresentar características comuns.

O sucesso das teorias de economia política de Adam Smith (século XVIII) dava aso à formação de uma corrente denominada de “Clássica”, cujos pressupostos de análise tendiam em geral a considerar todas as realidades anteriores ao desenvolvimento mercantilista do final da Época Moderna e inícios da Contemporânea como não-capitalistas (Carreras Monfort, 2000, p. 22).

Por outro lado, uma corrente “Histórica” desenvolvia-se através de vários autores alemães do século XIX que alertavam para a necessidade de análises distintas espaço-temporais e de reconhecer sistemas de economia “doméstica”, por um lado, e de economias “mundiais” (Carreras Monfort, 2000, p. 23).

Em finais do século XIX e inícios do XX, Sombart e Weber lançam pressupostos de análise da economia antiga, nos quais a cidade desempenha um papel crucial, enquanto tipo ideal (Carreras Monfort, 2000, p. 24; Bruhns, 1985, p. 259).

Sombart cria o conceito de “cidade de consumo”, estrutura baseada em dois grandes pilares: o próprio consumo e o comércio. A cidade antiga seria então uma grande aglomeração populacional, antagónica ao campo, cujas gentes viveriam necessariamente dependentes dos excedentes deste último, tidos como um direito fiscal da cidade face ao segundo (Bruhns, 1985, p. 259).

Weber sintetiza as duas grandes correntes de pensamento existentes defendendo a existência de uma economia de mercado em certas áreas e períodos, embora com diferenças em relação ao sistema capitalista contemporâneo. Denotando uma influência da corrente “Histórica”, bem como de autores como Fustel de Coulanges, define, tal como Sombart, um modelo de cidade antiga, enquanto centro de consumo, claramente diferente da cidade medieval, centro de produção. As sociedades clássicas seriam não-capitalistas, face à ausência de estruturas sociais, políticas e económicas suficientemente desenvolvidas (Carreras Monfort, 2000, p. 24). Nesta oposição entre as cidades clássica e medieval, a cidade antiga era uma definição tripartida considerando uma distinção entre cidade de consumo e produção e cidade de comércio. Weber considerava assim que a cidade clássica não era exclusivamente consumista, mas também poderia englobar estruturas produtivas pouco desenvolvidas. Ao contrário de Sombart, não defendia um antagonismo entre cidade e campo, já que os interesses dos consumidores urbanos e dos proprietários agrícolas poderiam ser consentâneos. Nesta perspectiva, a defesa de instrumentos de mercado incipientes permitia a Weber explicar a cidade eminentemente consumista clássica, numa sociedade eminentemente agrícola (Bruhns, 1985, p. 262).

No século XX, Rostovzeff e Finley aprofundam os modelos desenvolvidos ao longo da centúria anterior, já não centrados apenas no conceito de cidade, mas procurando conceptualizar melhor outros instrumentos como o conceito de mercado, estabelecendo igualmente os papéis de estruturas económicas como a agricultura e o comércio. Os estudos de economia romana enquadravam-se doravante em duas grandes correntes: uma primeira, “Primitivista”, e uma segunda, “Moderna” (Carreras Monfort, 2000, p. 26; Bruhns, 1985, p. 258; García Brosa, 1999, p. 175).

Finley estruturou o modelo primitivo, fortemente influenciado por autores como Weber, definindo a cidade romana como um centro de consumo, não aceitando a existência de um mercado único, mas de múltiplos pequenos mercados independentes, estreitamente relacionados com as respectivas cidades, devido não só às dificuldades de transportes, que tornavam o comércio a média e longa-distância demasiado dispendioso, mas também graças ao fraco poder de compra da plebe urbana (Bruhns, 1985, p. 258). Escravos e libertos seriam a componente social desta estrutura comercial, moralmente desaconselhável à elite, segundo escritores clássicos como Cícero (García Brosa, 1999, p. 175). Só numa fase avançada do seu pensamento, Finley

reconheceu a existência de dados comerciais de cariz mais complexo, nomeadamente o anfórico (Carreras Monfort, 2000, p. 26).

O pensamento de Finley teve seguidores recentes de origem anglo-saxónica, como Hopkins, Duncan-Jones, Whittaker, Garnsey e Saller, que realçam os mecanismos de redistribuição e reciprocidade fortemente controlados pelo Estado na actividade comercial (Molina Vidal, 1997, p. 57).

Hopkins aceita que as trocas comerciais possam ter desempenhado um papel de algum relevo, mas destaca a redistribuição, bem como mecanismos públicos como os impostos e rendas, mais consentâneos com uma sociedade ainda pouco liberalizada sócio-economicamente (Molina Vidal, 1997, p. 57). O crescimento do sistema tributário estaria na base de uma economia monetária e mercantilizada, em estado embrionário, já que, numa população de cerca 50 milhões de habitantes, apenas 10 ou 15% viveria nas cidades, permanecendo a restante economia num sistema basicamente agrícola e fechado. O seu modelo de trocas para o Império Romano procura explicar as relações entre a Itália e as províncias produtoras: a venda dos bens permitia aos seus produtores o acesso à moeda com a qual pagavam os impostos a Roma, que poderia assim pagar às províncias produtoras pelos serviços prestados ao Estado, fazendo desta forma circular o dinheiro (Molina Vidal, 1997, p. 54). Nesta linha, Duncan-Jones definiu o Império Romano como uma economia à escala onde funcionavam vários espaços provinciais complementares, não em relação a todos os produtos, mas somente a alguns, como os cereais: províncias produtoras abasteciam uma Itália dependente (Carreras Monfort, 2000, p. 41).

Whittaker nega igualmente uma economia mercantil e generaliza o papel da administração nos mecanismos de troca. Entre 10 e 40% da produção teria um fim interno, sendo a restante produção alvo de um controlo pelos detentores do poder político e económico. Chega a esta conclusão pelo paralelismo muitas vezes encontrado entre as origens das importações e as dos senadores, relembrando os dados anfóricos com *tria nomina* (Tchernia, 1987, p. 330). Este “autoconsumo de elite” ou de “bens de prestígio” (Tchernia, 1987, p. 330), num sistema de reciprocidade (Carreras Monfort, 2000), conduziria, através do crescimento das elites administrativas e da ampliação das suas redes geográficas de influência, ao próprio desenvolvimento da produção para satisfazer o tecido social ligado à administração (Carreras Monfort, 2000, p. 56).

O modelo moderno de Rostovzeff considerava a economia romana pré-capitalista, como uma primeira fase do processo evolutivo capitalista, reconhecendo um mercado mais abrangente e interdependente, com comércio a longa-distância, com financiamento das elites, no qual comerciantes e artesãos desempenhavam um papel fundamental, e o comércio de ânforas e *terra sigillata* era uma prova da sua vitalidade (Carreras Monfort, 2000, p. 26). Na simplicidade e volume deste fluxo económico residia a grande diferença face à economia capitalista moderna (Carreras Monfort, 2000, p. 26).

A escola gramsciana italiana, de pendor neo-marxista, procurou sintetizar as duas grandes correntes, primitivista e moderna, defendendo a existência de outros motores de desenvolvimento histórico, para além da infra-estrutura económica (Molina Vidal, 1997, p. 57-58).

Carandini elaborou o modelo de produção escravagista, a partir de fontes escritas e arqueológicas, em particular a escavação da *villa* de Sette Finestre. Rejeita a visão primitivista que classifica de irracionais as economias pré-capitalistas de época clássica estabelecendo um processo evolutivo na economia romana, paralelo à própria expansão do Império Romano: de uma economia eminentemente doméstica evoluir-se-ia para uma outra de carácter escravagista, mas na qual predominavam as estruturas económicas mais pequenas, familiares, agrícolas e artesanais, nas quais se identificam propriedade dos meios de produção e força de trabalho. O desenvolvimento das trocas através das estruturas mais complexas acima referidas permite, segundo Carandini, a aplicação de conceitos operativos como “crescimento económico” e “crise” (Molina Vidal, 1997, p. 60).

Na economia de mercado romana já funcionava um mecanismo de preços inerente, e para o qual existem dados de controlo estatal, como o apelo de Tibério ao Senado para controlar anualmente os preços de mercado (Carreras Monfort, 2000, p. 38), ou o Édito de Domício, no qual se obriga as províncias a arrancarem metade das vinhas e a Itália a não plantar mais nenhuma, o que é comumente aceite como um proteccionismo estatal dos interesses vinícolas itálicos (Pereira Menaut, 1987). Outras figuras, como as *nundinae* (feiras e mercados), ou os *macella* (mercados locais) são provas de um comércio livre e minimamente estruturado (Carreras Monfort, 2000, p. 38).

Para além de um comércio realizado pela “sociedade civil”, podemos falar de um outro, em que o Estado se assumia como redistribuidor de bens e cuja administração estabelecia mecanismos de relação com a sociedade, através de serviços públicos ou de tributação. A redistribuição propriamente dita era consumada pela figura jurídica da *annona* (distribuição de alimentos a Roma) e particularmente pela da *annona militaris* (distribuição de alimentos ao exército). A *annona* é uma instituição documentada para o século III, embora recentemente Remesal Rodríguez, em 1986 (Carreras Monfort, 2000, p. 36), tenha recuado a sua fundação a Augusto — tendo o cargo de *Praefectus Annonae* sido criado em 8-14 d.C. (Carreras Monfort, 2000, p. 217) —, procurando dessa forma explicar a alta concentração, em Roma, de ânforas oleárias béticas. A *annona militaris* poderá recuar a Cláudio, segundo o mesmo Remesal Rodríguez e Funari — 1998 — (*apud* Carreras Monfort, 2000, p. 217), tendo em conta as concentrações de ânforas oleárias béticas, Dr. 20, na *Britannia*, bem como a leitura de uma epígrafe, CIL VI.8538, onde se refere o papel de um liberto no abastecimento militar. Harris (1993) é relutante quanto ao recuo da figura da *annona* a Augusto, apenas aceitando a documentação existente a partir da época severiana; e duvida igualmente da importância do papel do abastecimento estatal ao exército, afirmando que esse intercâmbio poderia não ser efectuado sob a forma de redistribuição, mas de comércio.